

Procuradores abrem o jogo

Magistrados do MP dão grito de guerra: **criticam poder político** e acusam a hierarquia de má gestão

Habitualmente discretos e distantes, os magistrados do Ministério Público decidiram partir à louça. Depois das indirectas à possibilidade de a PJ passar para a alçada do Ministério da Administração Interna — e assim ficar longe de controlo do MP — foi a vez de expor em público as cartas do baralho das críticas e jogar todos os trunfos contra o Governo. Querem evitar a sangria de quadros, garantir mais meios e que o poder político deixe de “manietar o Ministério Público” através de legislação que “o condiciona”. A reforma do mapa e da organização judiciária são as batalhas que se seguem numa organização onde imperam os duques, os marqueses e os condes (alusão de Pinto Monteiro).

“Chegou a hora de falar verdade”, mesmo que tal “possa doer”, disse António Cluny, ontem, na abertura do II Fórum do MP. No encontro, os magistrados votaram o manifesto do Sindicato dos Magistrados do MP, que desafia o rol de críticas. Isto numa altura em que se assiste a uma sangria de quadros dentro da instituição: vários procuradores aproveitaram um concurso para juizes dos tribunais administrativos e fiscais para fugirem à carreira do Ministério Público. Principal motivo: a progressão. É que, como salienta o sindicato, um procurador pode passar 20 anos na categoria mais baixa (procurador-adjun-

to) até ser promovido a procurador da República, o que representa um acréscimo significativo no ordenado. Ao lado, na carreira de juiz progride-se mais rapidamente e os acréscimos salariais são mais notados. Veja-se o caso dos tribunais de instrução criminal, onde um juiz tem um acréscimo garantido no ordenado. Já um procurador ganha o mesmo, tenha muitos ou poucos processos, sejam elas complexos ou bagatelas penais.

O alarme para esta situação tocou quando dois dos mais destacados magistrados no combate à corrupção, Sérgio Pena e José Ranito, quiseram sair para a magistratura judicial. Só desistiram após terem recebido garantias de uma promoção. “Apesar de me sentir desmotivado, acredito que ainda há coisas que valem a pena. Na área da corrupção, há muito para fazer”, declarou ao Expresso Sérgio Pena, 36 anos, magistrado da 9ª secção do DIAP de Lisboa.

O mal-estar na classe é assumido pelo próprio procurador-geral, que admitiu ao Expresso a necessidade de “prestigiar a carreira, criar incentivos e afastar bloqueios”. Sem se alargar em explicações, mas deixando o recado, Pinto Monteiro assume que o “mérito deverá ser reconhecido e premiado”.

Apesar das boas intenções do PGR, o clima é de desânimo. Num inquérito promovido pelo

FRASES

“O mérito deve ser reconhecido e premiado”

PINTO MONTEIRO, PGR

“O MP é o parque de campismo do sistema”

ANTÓNIO CLUNY, presidente do Sindicato dos Magistrados do MP

“O MP tem uma matriz de esquerda”

ANTÓNIO BARRADAS LEITÃO, membro do Conselho Superior do MP

“O MP é ultrafundamentalista representando apenas os interesses punitivos do Estado”

MARINHO PINTO, bastonário da OA

QUADROS DO MP

■ Há 153 procuradores-gerais-adjuntos, uma categoria que corresponde ao topo da carreira. Estes exercem funções nos Tribunais da Relação, Supremo Tribunal de Justiça, no Conselho Consultivo da PGR ou têm tarefas internas de coordenação nos DIAP e DCIAP ou como procuradores-gerais distritais

■ Os 412 procuradores da República, categoria intermédia da carreira. Coordenam departamentos e serviços do Ministério Público. São os imediatos superiores hierárquicos dos procuradores-adjuntos.

■ O início da carreira faz-se como procurador-adjunto (antigos delegados do Ministério Público). No país existem 863 espalhados pelas várias comarcas. Muitos destes esperam, há anos, pela promoção

Sindicato, apresentado ontem no Fórum, a grande maioria dos procuradores (70%) queixa-se da falta de equipamento básico de trabalho, como um computador com leitor de CD e DVD que permita ouvir as escutas telefónicas das investigações.

A falta de meios junta-se ainda a crítica generalizada à eficácia de algumas medidas legislativas. Exemplo: todos os procuradores de Lisboa consideram que o novo Código do Processo Penal “não melhorou a eficácia na perseguição e punição da criminalidade violenta, organizada e económico-financeira”. E ainda acham que contribuiu para uma maior burocratização.

À procura dos cidadãos

Ao mesmo tempo que pretende resolver os problemas internos, o Ministério Público debate-se com uma crise de identidade externa. Criado de raiz no pós-25 de Abril, o actual modelo e as principais figuras que ocupam agora o topo da hierarquia do MP têm raízes na geração saída do período revolucionário. Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, vê na actual orgânica da Procuradoria marcas dessa cultura. “Mantém um modelo muito próximo do dos países da ex-União Soviética”, diz

“Portugal tem o maior número de procuradores por habitante da União Europeia e os piores

resultados no combate à criminalidade”. Com a mais baixa criminalidade violenta da UE, “é o país com maior número de penas altas de prisão e com quase o quádruplo do tempo médio de penas cumpridas”, atira. Condenando que “o MP represente apenas os interesses punitivos do Estado, desequilibrando os pratos da balança da Justiça”, o bastonário defende que é preciso “democratizar o MP e aproximá-lo dos cidadãos”.

Este aspecto é também enfatizado por João Paulo Dias, sociólogo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: “É no relacionamento com os cidadãos que o MP vai buscar a sua legitimidade”. Um desejo de Pinto Monteiro que defende o caminho “para uma magistratura mais próxima do cidadão, mais clara e transparente”.

O desafio está lançado para as novas gerações, que continuam a preferir a carreira de juiz à de procurador quando ingressam no Centro de Estudos Judiciários. Mas há os resistentes da investigação criminal. Carlos Teixeira, o procurador do ‘Apito Dourado’, considera as funções “mais aliantes”. Apesar de, enquanto investigava os crimes no futebol, ter pedido meios e apenas ter recebido um passe para o autocarro.

CARLOS RODRIGUES LIMA
e ROSA PEDROSO LIMA
clima@expresso.pt



ILUSTRAÇÃO ALEX GOTBLAU

Cândida Almeida, António Cluny, Maria José Morgado, Pinto Monteiro, Euclides Dâmaso e Francisca Van Dunem são hoje os rostos da ‘aristocracia’ de uma magistratura que procura afirmar o seu estatuto junto dos cidadãos